

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/06/2016

- [Falamos a mesma língua? Confira o mapa do trabalho infantil nas nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#)
- [GAC-PE inaugura biblioteca para crianças com câncer no Hospital Oswaldo Cruz](#)
- [Snapchat vira arma dos professores para atrair estudantes](#)
- [MPF vai investigar sites pornográficos que usam fotos roubadas de menores](#)
- [Criança é encontrada morta com tiro na testa em Brasília Teimosa](#)
- [Como cobrir casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes?](#)
- [UNESCO publica versão em português de guia pedagógico sobre cidadania global](#)
- [ECA pode ser aplicado em adoção póstuma de maior, mesmo em pedido feito na vigência do Código Civil de 1916](#)
- [Nós precisamos assegurar que as crianças recebam um olhar mais cuidadoso](#)
- [Fundação Abrinq realiza ações contra o trabalho infantil](#)

Assunto: Falamos a mesma língua? Confira o mapa do trabalho infantil nas nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Fonte: Promenino

Data: 13/06/2016

Promenino



Imagine uma rua. Talvez uma como as que descreve tão lindamente o escritor Odjanki ao falar de sua infância em Angola, onde as casas e brincadeiras parecem ser feitas de tempo. Imagine então uma rua vasta, com nove residências paralelas, unidas por um mesmo asfalto, estrada de terra ou até tijolos amarelos, o que sua imaginação permitir – essa rua define a língua que compartilham.

Ainda que sejam vizinhas de endereço e palavra, cada casa tem um microcosmo próprio: em uma, o chuveiro demora a esquentar. Em outra, é a mão da menina que faz a comida e varre o chão. Numa delas, não há escola para mandar as crianças, na outra, nenhuma criança nunca soube o que é trabalhar. Há até uma casa que dela nada se conhece. Pense que essa rua é a comunidade de países que falam oficialmente a língua portuguesa e que cada residência é uma nação: entre paredes, a complexidade de seus territórios, belezas e dificuldades. Que rua para ser percorrida, observada e debatida.

Neste 12 de junho, Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, o Promenino voltou seus olhos para uma parte do mundo em uníssono com o Brasil. Divididos entre os continentes africano, europeu, asiático e americano, os países que falam oficialmente português carregam uma herança mista de colonização e saberes de seus primeiros moradores. As ações do

passado, um tempo onde crianças ainda não eram crianças, ainda reverberaram nas relações de trabalho, proteção social e infância.

A palavra *mundial* pode ser perigosa; comemorar algo globalmente só vale se ficar claro que todos os países, mesmo aqueles que dividem uma rua alfabética ou um passado de exploração, constituíram-se como lugares únicos. A criança de Moçambique certamente não se parece com a do outro lado do oceano em Timor-Leste, que tem menos semelhanças ainda com o Brasil. A própria definição do que é infância varia de sociedade para sociedade, e embora não deva haver vista grossa para o abuso e a exploração, devem-se ter pestanas abertas para evitar generalizações e colonialismos modernos.

O que não se pode por em dúvida é que alguns dos países de língua lusófona possuem índices altíssimos de exploração infantil. Se Angola, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal dividem uma mesma rua, que se olhe atentamente por suas janelas.

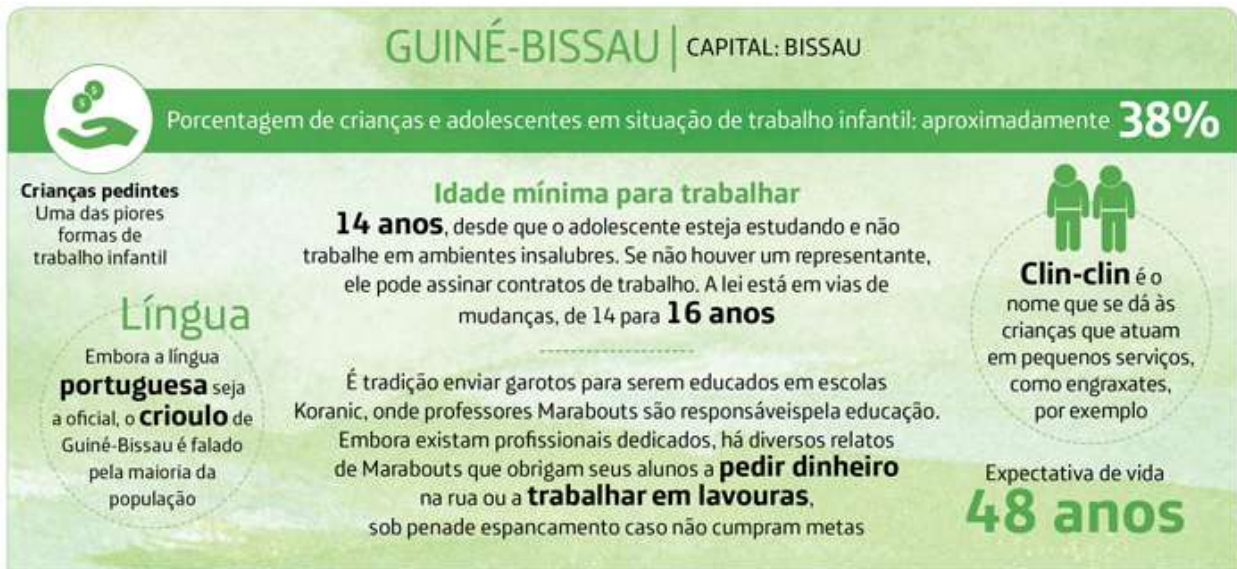
Os infográficos retratados neste especial tocam na superfície de cada um deles. Há muito mais a ser visto, ouvido e falado sobre o trabalho infantil nesses países – sabe-se que a violação só pode ser combatida de dentro para fora, quando se respeita o ser humano único que habita cada um deles.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por nove nações (Angola, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal), surgiu em 1996 como "foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros". E elegeu 2016 como o "Ano da CPLP Contra o Trabalho Infantil". É por esta trilha que a reportagem seguirá, percorrendo a história e destacando o debate sobre o trabalho infantil em cada localidade.

Trabalho em tempos de colonialismo

Quem tece a história de um país, e quem define o que é História? Não há países descobertos, ninguém deles tirou um véu. A História de nações como Brasil ou Angola começam muito antes das naus portuguesas aportarem em suas praias, e o resultado do encontro é uma colagem estranha, muitas vezes bruta, muitas vezes bela, do que choques sociais e étnicos fizeram aos povos que sempre estiveram e aos que chegaram. Pensar-se indivíduo e pensar-se sociedade, em cada país, não é possível sem levar em conta essas heranças.

Para tocar na superfície de entendimento sobre particularidades do trabalho infantil em países colonizados por Portugal, é preciso antes entender as noções de trabalho criadas em paralelo à colonização. O professor Ricardino Teixeira, doutor em Sociologia e membro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) explica que os processos colonizadores variaram conforme os países. Quando uma sociedade era regulamentada pela legislação colonial, inevitavelmente surgia uma hierarquização: dos grupos que eram considerados assimilados, porque adquiriam certos costumes da cultura lusófona, e os considerados indígenas, que viviam sobre um conjunto de leis não formalizado, o direito consuetudinário.



A hierarquização social nesses países levou à estrutura de trabalho forçado e exploração. Teixeira, que é doutor em Sociologia tem larga experiência em trabalhos sobre movimentos sociais africanos – em especial os realizados em Cabo Verde e Guiné-Bissau –, traz o caso de São Tomé e Príncipe para exemplificar: “Havia trabalho forçado em plantação e recolha de cacau para o mercado internacional”. No caso de Cabo Verde, complementa o professor, embora não houvesse necessariamente trabalho forçado, acontecia a deportação de indivíduos para lavouras em países da América Latina ou Estados Unidos.

Os agressivos processos de colonização deixaram rachaduras ainda sentidas anos após a conquista da independência. Os ecos então presentes no lento desenvolvimento econômico das regiões e também nos baixos índices de desenvolvimento humano. Isso potencializado por recentes processos de globalização a fim de lucro rápido, não levando em conta os fatores humanos do território. Cria-se, assim, uma situação de vulnerabilidade social, na qual crianças e jovens deixam de aproveitar sua infância.

Mas isso leva à pergunta: que infância? O que é a infância para cada país?



As muitas infâncias

A Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, é uma diretriz básica para aplicação de programas de proteção à infância, incluindo afastá-la de qualquer prática de trabalho infantil: “a criança será protegida contra qualquer crueldade e exploração. Não será permitido que ela trabalhe ou tenha ocupação que prejudique os estudos ou a saúde”, ressalta o documento.

Entretanto, não se pode ignorar que seja uma diretriz ocidental, e que outras partes do mundo convivem com conceitos diferentes do que seria a infância e do que ela significa no período de desenvolvimento do ser humano. “A concepção que predomina é a das agências internacionais, mas o conceito não dá conta. A percepção do que é a criança varia de etnia para etnia, de cultura para cultura. Então é difícil trabalharmos a categoria *criança* para entender o contexto do outro”, explica o sociólogo.



FONTE: CPLP, Unicef e Department of Labor/USA

Mesmo porque o próprio conceito da infância é recente, o que não se restringe a países africanos ou colonizados como o Brasil. “No caso da Europa, meninos e meninas trabalhavam dentro de fábricas. Não eram vistas como crianças”, diz Teixeira. O especialista faz questão de salientar os perigos de se criar abismos entre países, como se só em Guiné-Bissau crianças trabalhassem ou como se só em Portugal elas não o fizessem. “Não podemos dar a esse fenômeno uma perspectiva meramente ocidental.”

Embora a maior parte dos países que compõe a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) seja do continente africano, também se faz necessário combater o conceito de que exista um estereótipo de criança africana, uma infância representativa do continente. “Cada país tem sua percepção: Na Guiné-Bissau, por exemplo, a criança entra na dinâmica do capital muito rápido. Já em outras etnias e grupos há uma preservação muito forte – a criança tem que passar por um processo de amadurecimento para depois se inserir no mercado de trabalho ou matrimônio.”



FONTE: CPLP, Unicef e Department of Labor/USA.

Na feitura de qualquer pesquisa ou construção de uma ideia de trabalho infantil por parte de organizações não locais, sugere Ricardino Teixeira, o trabalho deve ser em conjunto com os agentes e articuladores de cada país, pois são eles que melhor conhecem o que desejam transformar. O que não é, de modo algum, deixar de ter criticidade para o problema de trabalho infantil: é levantá-lo não levando somente em conta a perspectiva ocidental, mas também moçambicana, timorense ou cabo-verdiana. “Temos que ir a esses países perguntar: *‘O que é a criança para vocês? A partir de que momento essa menina começa a trabalhar? Trabalha para quem?’*. A dinâmica é muito mais intensa e mais diversa do que imaginamos.



FONTE: CPLP, Unicef e Department of Labor/USA.

Trabalho infantil em países lusófonos e o que tem sido feito para combatê-lo

Respeitar as individualidades culturais de uma nação não é compactuar com os abusos sofridos por crianças e adolescentes sujeitos à vulnerabilidade econômica e social. O trabalho forçado e a exploração pelos quais países como Brasil, Guiné-Bissau e Angola foram sujeitados ainda trazem consequências no tocante ao trabalho infantil em seus territórios, numericamente expressas em cifras alarmantes de crianças ocupando-se com extração de

minérios, lixões, agricultura, carvoarias, trabalho doméstico, além do comércio informal. Não só somente os processos colonizadores, mas práticas tradicionais também contribuem para índices como os da Guiné-Bissau, em que 38% das crianças trabalham.

“Há elementos endógenos e exógenos; os endógenos têm relação com a hierarquização social do sistema colonial; já o elemento exógeno diz de estruturas locais que existiam anteriormente à presença europeia”, explica o professor, que volta à Guiné-Bissau e sua forte tradição secular como exemplo. “Em algumas regiões, o Alcorão é interpretado de modo onde crianças tem condição de pedinte, o que justificaria o uso delas para esmolar nas ruas”.



Existe, ainda, um terceiro elemento, atrelado aos dois primeiros, galopando não só pelos países africanos como também em outras nações emergentes. “A expansão do mercado de capital internacional, em que crianças, por serem mais sujeitas, acabam sendo apropriadas indevidamente. Elas são vistas como mercadoria, no sentido de indivíduos que produzem certo tipo de capital, mas sem fazer parte nem se beneficiar de sua estrutura”.



Contudo, é importante lembrar que há interessantes movimentações no combate à exploração de mão de obra infantil nas regiões abarcadas pela CPLP. “Tem havido um movimento interno muito forte em condenar e denunciar essas práticas, particularmente em razão dos

processos de democratização desses países e pela expansão de novas forças sociais”, diz Teixeira, que enxerga duas frentes distintas: a primeira delas parte de ONGs internacionais, articuladas por seus Estados e mantidas financeiramente por instituições também estrangeiras. A outra é a mobilização das estruturas locais familiares, que tem se comprometido com resolução de conflitos e manutenção dos direitos infantis.



FONTE: CPLP, Unicef e Department of Labor/USA

“Essa segunda dinâmica me parece mais eficiente. Tem seus problemas, marcados por certas práticas tradicionais, mas é impulsionada pela jovem população africana. Os jovens são fortemente impactados pela comunicação de massa, do ponto de vista negativo, mas também no positivo, afrouxando tradições – não as aniquilando”, completa o sociólogo.



FONTE: CPLP, Unicef, Department of Labor/USA e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O mundo diz NÃO ao trabalho infantil

12 de junho é o dia em que se diz #NãoAoTrabalhoInfantil em todos os idiomas. Atualmente, o Unicef precisa 168 milhões de crianças exercendo algum tipo de atividade laboral e, no sentido de combater as mãos invisíveis que giram esta engrenagem, surgiu a temática a ser trabalhada ao longo do mês: “Não ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva”.

Maria Claudia Falcão, representante da [Organização Internacional do Trabalho \(OIT\) no Brasil](#), fala sobre a escolha. “É sabido que o trabalho infantil está praticamente erradicado no setor formal. Mas existem 3,3 milhões de crianças ainda trabalhando no Brasil, e elas fazem, indireta ou diretamente, parte da economia. Temos de garantir em cada parte da cadeia produtiva não exista trabalho infantil”.

A proposta para a conscientização se estende às empresas e indústrias que fornecem matéria-prima. Propõe-se atingir diretamente o consumidor, sugerindo que seja ativista ao fazer escolhas conscientes de compra. “Se ele deixa de comprar um produto no qual a exploração do trabalho infantil esteja diretamente envolvida, isso terá impacto nas vendas e com certeza vai fazer repensar seu modelo de produção”, completa Maria Claudia,



Assunto: GAC-PE inaugura biblioteca para crianças com câncer no Hospital Oswaldo Cruz

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 13/06/2016

A iniciativa é fruto do projeto “Era uma vez”, idealizado e desenvolvidos por alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



O espaço conta com mais de mil exemplares de literatura infanto-juvenil que beneficiará os pacientes que aguardam consultas ambulatoriais, funcionando diariamente das 8h às 17h

O Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer de Pernambuco (GAC-PE) ganhou na manhã desta segunda-feira (13) a primeira biblioteca voltada para os pacientes da instituição e suas famílias. O espaço foi inaugurado no Centro de Oncohematologia Pediátrica (CEONHPE) do Hospital Oswaldo Cruz, zona central do Recife.

A iniciativa é fruto do projeto “Era uma vez”, idealizado e desenvolvidos por alunos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Durante um mês, os estudantes arrecadaram livros novos e usados para compor o acervo da biblioteca.

O espaço conta com mais de mil exemplares de literatura infanto-juvenil que beneficiará os pacientes que aguardam consultas ambulatoriais, funcionando diariamente das 8h às 17h. De acordo com a Dra. Vera Moraes, a biblioteca se soma aos demais esforços do GAC-PE na luta pela humanização e assistência aos pacientes, uma das missões da instituição. Vera ainda recorda a Semear, a primeira classe hospitalar de Pernambuco, que existe desde março do ano passado.

SEMSEAR – A primeira classe hospitalar de Pernambuco foi implementada em março de 2015 e é fruto da parceria entre o GAC-PE, Prefeitura do Recife, Hospital Oswaldo Cruz e Instituto Ronald McDonald. Ela permite que os pacientes da unidade mantenham o vínculo escolar e deem continuidade aos estudos mesmo durante a internação para o tratamento contra a doença. As aulas em grupo acontecem no turno da tarde, enquanto a manhã fica reservada para atendimentos individuais e atividades de planejamento.

Assunto: Snapchat vira arma dos professores para atrair estudantes
Fonte: Diário de PE
Data: 13/06/2016



Professores que aderiram ao YouTube e ao Facebook começam agora a mirar no Snapchat e no Instagram como novos aliados na hora de transmitir conhecimento. A ideia, segundo eles, é que o estudo esteja sempre no "mundo" e no ritmo dos jovens. Como as redes sociais se popularizaram entre os adultos, os adolescentes passaram a ter interesse por aplicativos em que sofreriam menos interferência dos pais. O Snapchat, por exemplo, é usado para o envio de texto, fotos e vídeos que só podem ser vistos uma vez. O conteúdo é "autodestruído" depois da visualização.

Ao perceber que a rede de mensagens instantâneas tinha se tornado a preferida dos adolescentes, a pedagoga Taís Bento, uma das responsáveis pelo projeto Socorro! Meu filho não estuda, decidiu usar o Snapchat para fazer vídeos com dicas de estudo. "Usava o site e as outras redes para dar dicas para os pais de como ajudar os filhos a estudar, mas vi que o resultado seria ainda melhor se eu falasse direto com os alunos e, para isso, precisava entrar no mundo deles", afirma ela.

A conta SOS Tenho Prova, administrada por Taís, foi criada há quatro meses e tem cerca de 35 mil visualizações semanais. "No início, trazia uma dica por semana, mas os alunos começaram a cobrar mais dicas e pediam que eu respondesse às dúvidas deles. Então, comecei a produzir vídeos diários."

Segundo a pedagoga, os adolescentes querem saber como melhorar o rendimento nos estudos, aumentar a concentração e ser mais organizados. "As escolas pensam que algumas coisas são básicas, por exemplo, como estudar sozinho em casa ou fazer o resumo de uma matéria, e não ensinam. Os jovens querem aprender, mas não sabem a quem recorrer", acredita Taís.

Notas melhores

Foram as dicas de como melhorar a concentração para os estudos que fizeram Sophia Helena de Assis e Silva, de 12 anos, se tornar uma "seguidora" do SOS Tenho Prova. "Sempre tirei notas boas, mas tinha dificuldade de me concentrar quando estudava sozinha e sentia que não rendia. Com as dicas, estudar ficou menos cansativo e melhorei minhas notas", diz.

Sophia conta que a dica que mais a ajudou foi cronometrar 30 minutos ininterruptos de estudo, sem nenhuma distração. Depois desse tempo, ela faz um intervalo de exatos cinco minutos, em que pode relaxar e mexer no celular. "Quando chego da escola já abro o Snapchat para ver se tem alguma dica nova", afirma.

Macetes

O Descomplica, plataforma de educação online de preparação para vestibular, também passou a usar o Snapchat como extensão das aulas para dar dicas de estudo ou de "macetes" dos conteúdos de prova. "Cada rede social tem seu alcance e, se usadas de maneira correta, elas podem se complementar. Os jovens usam todas elas, então, é uma forma de estar mais perto deles, falar a linguagem deles", afirma Maria Fernanda Borsatto, gerente de Marketing da plataforma.

As dicas do Descomplica no Snapchat incluem instruções para o aluno se inscrever nos vestibulares, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Sistema de Seleção Unificado (Sisu). "Uma das nossas propostas é fazer o jovem gostar de estudar. Hoje já não dá mais para esperar que eles estudem só com os livros, precisamos usar essas ferramentas que eles já usam a nosso favor."

O Descomplica também usa o Instagram, rede social de compartilhamento de fotos, para mostrar bastidores das aulas. "Eles gostam de sentir que estão próximos dos professores, essa é uma forma de trazê-los para perto", diz Maria Fernanda.

Projetos

O colégio Mopi, no Rio, também vai começar a usar o Snapchat para melhor interagir com os alunos. A rede social será usada para que os estudantes contem sobre os projetos que estão fazendo e deem dicas de estudo para os colegas.

"Percebemos que quem mais acompanhava os conteúdos no nosso site e no Facebook eram os pais e, por isso, precisávamos de um canal de comunicação melhor com os alunos. Começamos a usar o Instagram e os estudantes foram muito participativos, daí a ideia para o Snapchat", conta Bruna Curcio, coordenadora de Comunicação do colégio. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assunto: MPF vai investigar sites pornográficos que usam fotos roubadas de menores

Fonte: Diário de PE

Data: 13/06/2016



O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar sites de pornografia que lucram com fotos roubadas de mulheres e adolescentes, após denúncia revelada pela reportagem no domingo. Na esfera criminal, o órgão vai apurar a disseminação de imagens de pornografia infantil, crime que pode dar de 3 a 6 anos de prisão. Já na área cível, a Procuradoria estuda investigar crime de ofensa por discriminação de gênero.

A reportagem levou ao MPF os nomes de todos os sites e explicou como os proprietários ganham dinheiro com eles. No País, entre as 30 maiores páginas identificadas pelo Estado que não checam a procedência do conteúdo publicado, a audiência mensal chega a até 3,5 milhões de visualizações e pode render R\$ 95 mil por ano para cada administrador.

Foi identificado quem registrou cada domínio - endereço virtual -, com base no site who.is, mesmo instrumento usado pelo MPF em investigações. Os donos desses sites estão em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Goiás, Santa Catarina, Ceará Mato Grosso e Alagoas.

"Vamos instaurar uma investigação tanto para apurar crime quanto para verificar essa ofensa à questão de gênero no cível. Para apurar crime, certamente vai ser aberta investigação para verificar os delitos de veiculação de pornografia infantil", afirma a procuradora da República Fernanda Teixeira.

Ela explica que casos envolvendo pornografia adulta não podem ser apurados pelo MPF, uma vez que são crimes de caráter privado. Nessas situações, a pessoa ofendida tem de abrir uma ação penal por injúria e difamação.

"No cível, vamos instaurar um procedimento para apurar a violação à questão de gênero. Este é mais difícil e precisamos analisar melhor como enquadrar. Mas é como se existisse (nesses sites) um incentivo à discriminação de gênero. Isso não é crime, mas viola o interesse da sociedade", explica a procuradora. Segundo Fernanda, os sites depreciam o gênero feminino ao descrever as mulheres nas fotos com xingamentos.

WhatsApp e Telegram

Dias antes de ser procurado pela reportagem o MPF já havia recebido denúncias de fotos de nudez não autorizadas, incluindo de menores de idade, que estariam sendo veiculadas em grupos de aplicativos de conversa instantânea, como Telegram e WhatsApp.

Russo e sem sede no Brasil, o Telegram é o mais complicado para investigar. Os grupos são abertos e encontrados a partir de pesquisa por palavra-chave - não precisam de convite para entrar como no WhatsApp, o que, segundo os investigadores, dificulta a apuração. "Quando não tem representação no Brasil é mais complicado. E também quando a empresa não se dispõe a conversar fica difícil", diz a procuradora.

Segundo o professor de mídias digitais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Gil Giardelli, o Brasil está entre os três países do mundo que mais consomem pornografia, junto com Estados Unidos e Rússia, e é um dos que menos aplicam punições. "As regras são muito pesadas em outros países. Nos Estados Unidos, se aprontar demais a CIA bate na sua porta. Aqui as ações ainda são poucas e pontuais. O Brasil é conhecido por ser o que mais faz ataques cibernéticos."

De acordo com Giardelli, a impunidade, atrelada ao lucro, estimula novas adesões. "Existe um conceito que se chama colapso da ética. Quando todo mundo sente que está impune, cada dia mais vai ter mais gente fazendo. É o conceito de rede. 'Estou ganhando R\$ 90 mil por ano sem sair de casa'. Mais pessoas vão começar a fazer isso."

Desgaste

Colegas de classe de uma universitária de 19 anos sabem bem o que é impunidade. Há dois anos, quando ainda estava na escola e era menor de idade, eles acessaram o celular da menina quando ela saiu da sala por alguns minutos e roubaram fotos íntimas.

Ela mandava os "nudes" para o namorado e as imagens estavam salvas no telefone. Os colegas espalharam as fotos em aplicativos de bate-papo e em sites. A jovem disse que não denunciou os garotos para evitar desgaste. Ela teve apoio da mãe que não brigou, mas aconselhou a estudante a ter mais cuidado. "Costumo apagar agora, mas continuo mandando 'nudes'. Tomo mais cuidado com quem pode pegar meu celular. Não dá para confiar em ninguém." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assunto: Criança é encontrada morta com tiro na testa em Brasília Teimosa

Fonte: Diário de PE

Data: 13/06/2016

DIÁRIOde
PERNAMBUCO



Corpo da criança foi encontrado na manhã desta segunda-feira na praia de Brasília Teimosa.

O corpo de uma criança foi encontrado na manhã desta segunda-feira em Brasília Teimosa, Zona Sul do Recife. O menino, de identidade ainda desconhecida aparenta ter de 12 a 13 anos de idade. O cadáver apresenta uma perfuração na altura da testa, provavelmente causada por um disparo de arma de fogo. Pescadores localizaram o cadáver boiando no rio e o arrastaram até as margens.

Os pescadores não quiseram falar com a imprensa que está no local. Os moradores da área não identificaram o garoto como sendo da comunidade. A equipe da Delegacia de Boa Viagem, responsável pela área, também não tem registros de pessoas com essas características desaparecidas. O corpo foi recolhido para o Instituto de Medicina Legal (IML), no bairro de Santo Amaro. As investigações aguardam a identificação da vítima.

Assunto: Como cobrir casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes?

Fonte: Childhood

Data: 13/06/2016



A imprensa realiza, historicamente, uma função social em relação à sociedade. Ela é a responsável por denunciar casos de violações dos direitos humanos e também fortalecer o debate público acerca deste tema. A cobertura jornalística de casos que envolvem o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, entretanto, precisa de atenção redobrada. Por envolver um tema que ainda é encarado como tabu para muitas pessoas e, por muitas vezes, causar comoção nacional, o trabalho deste profissional deve ser cuidadosamente elaborado.



Manter a calma e saber ouvir todos os lados de uma mesma história é imprescindível para o jornalista neste momento. Ele deve buscar opiniões de especialistas no tema, além de informações para entender melhor do assunto. As entrevistas devem ser realizadas com muita cautela e de maneira que a vítima não reascenda traumas enfrentados, respeitando sempre seus limites e evitando quaisquer pressões externas. Além disso, é necessário evitar fazer fotografias ou imagens que deixem a mostra sua identidade. De acordo com o artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é expressamente vedada a publicação do nome e imagem da criança ou adolescente.

Segundo Antônio Augusto Silva da ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância), “quando se tem casos assim na mídia, há dupla vitimização da pessoa: pela violência sofrida e por sua exposição, já que ela é colocada em um lugar de destaque na imprensa”. Ele ainda acrescenta que a postura que um jornalista deve ter nestas circunstâncias é de respeito pois “é sempre uma questão difícil porque envolve dignidade e a autoestima das pessoas”.

Além disto, o profissional não pode generalizar ou reduzir a reportagem à apenas uma personagem. A pluralidade do conteúdo reforça o debate público para que se entenda que o problema é uma questão social e que a proteção às crianças e adolescentes é um dever de todos. Por isso, é necessário sempre intercalar histórias factuais com questões gerais, além de evitar os maniqueísmos que comprometem o debate.

Assunto: UNESCO publica versão em português de guia pedagógico sobre cidadania global

Fonte: ONU

Data: 13/06/2016



Publicação poderá orientar educadores do Brasil na elaboração de um currículo alinhado ao tema da cidadania global. UNESCO acredita que, em um mundo cada vez mais globalizado, é necessário educar crianças e jovens para que eles se sintam parte de uma comunidade mais ampla, em que os níveis local, nacional e global estão conectados.



A Educação para a Cidadania Global aborda conhecimentos de direitos humanos, sustentabilidade e justiça social, entre outros

pela UNESCO como uma de suas três prioridades na área de educação, desde o lançamento pelas Nações Unidas da Iniciativa Global Educação em Primeiro Lugar, em 2012.

Desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a publicação “Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem” ganhou, nesta semana (6), uma versão em português.

Com a tradução, o material didático poderá orientar educadores do Brasil e países lusófonos na elaboração de um currículo alinhado ao tema da cidadania global — escolhido

“A educação nos dá uma compreensão profunda de que estamos todos unidos como cidadãos da comunidade global e que os nossos desafios estão interligados. ”

A agência da ONU acredita que, em um mundo cada vez mais globalizado, é necessário educar crianças e jovens para que eles se sintam parte de uma comunidade mais ampla, através de noções de interdependência e de interconexão econômica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, já se pronunciou a respeito do tema diversas vezes, sempre destacando a importância do aprendizado para a construção de um mundo mais unido.

“A educação nos dá uma compreensão profunda de que estamos todos unidos como cidadãos da comunidade global, e que os nossos desafios estão interligados. ”

O que as escolas de hoje podem fazer para a formação de cidadãos globais?
<https://t.co/ErxjZuIZEz> pic.twitter.com/h8i0jtmvEs

— UNESCO no Brasil (@UNESCOBrasil) 10 de junho de 2016

A publicação “Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem” foi elaborada pela UNESCO com base nas conclusões de três eventos sobre o tema realizados pelo organismo internacional entre 2013 e 2015. No ano passado, a agência da ONU já havia publicado — também em versão traduzida para o português — um primeiro documento sobre o conceito de cidadania global.

Acesse a nova publicação em português na íntegra no endereço:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002448/244826POR.pdf>

Assunto: ECA pode ser aplicado em adoção póstuma de maior, mesmo em pedido feito na vigência do Código Civil de 1916

Fonte: STJ

Data: 13/06/2016



Em julgamento de recurso especial, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a possibilidade de aplicação, por analogia, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a um caso de adoção de maiores de idade, cujo pedido foi formulado ainda na vigência do Código Civil de 1916 e que teve a tramitação interrompida após o falecimento do adotante.

A sentença extinguiu o processo sem resolução de mérito sob o fundamento de que, por se tratar de direito personalíssimo, a morte do adotante impediria o exame do pedido, por aplicação do artigo 267, IX, do Código de Processo Civil de 1973.

O juiz também considerou não ser possível a aplicação da sistemática da adoção prevista no ECA para o processo de adoção de maiores, por se tratar de norma especial.

O Tribunal de origem também negou seguimento ao processo de adoção. Segundo o acórdão, “tratando-se da adoção de maiores, aplicam-se os ditames do Código Civil, afastando-se, conseqüentemente, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Decisão reformada

No STJ, o relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, votou pela reforma da decisão. Ele reconheceu que, na época em que o pedido foi formulado, 1999, a adoção de maiores era regida pelo CC/1916, que não previa a adoção “*post mortem*”. Mas defendeu a possibilidade de ser aplicada ao caso a sistemática prevista no ECA para as situações envolvendo menores.

“Diante da omissão legislativa no período compreendido entre a vigência do ECA e a publicação da Lei Nacional da Adoção (Lei 12.010/09) – na qual se previu expressamente a utilização do Estatuto também para os maiores de 18 anos –, deve-se lançar mão da analogia, para dirimir eventuais controvérsias que se refiram à possibilidade de adoção póstuma de adultos, desde que, nos termos do artigo 42, parágrafo 6º, da Lei 8.069/1990, haja inequívoca manifestação de vontade do adotante”, disse o ministro.

O ministro também observou que, como a matéria se refere ao estado das pessoas e às regras do processo, as normas atualmente em vigor deveriam ser aplicadas imediatamente aos procedimentos ainda em trâmite. Assim, entendeu que, no caso, incidiriam as disposições da Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12.010/09), que possibilita a utilização das normas do ECA à adoção de maiores.

“Tanto pela utilização da analogia quanto pela imediata aplicação das leis atualmente em vigor, a pretensão recursal deve ser acolhida, para permitir aos recorrentes que o pedido de autorização de adoção seja apreciado, mesmo depois do óbito do adotante”, concluiu o relator.

A turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial para determinar às instâncias ordinárias que examinem o pedido de adoção formulado e a real existência de manifestação de vontade do adotante falecido no curso do procedimento.

Assunto: Nós precisamos assegurar que as crianças recebam um olhar mais cuidadoso

Fonte: ABRINQ

Data: 13/06/2016



Fundador do Projeto Viela, iniciativa social localizada na zonal sul da cidade de São Paulo, aos 12 anos de idade, Anderson Verdiano Agostinho, o Buiu, viveu o que mais de três milhões de crianças e adolescentes enfrentam diariamente no Brasil: o trabalho infantil

Na página do Facebook do Projeto Viela, a descrição: “É uma iniciativa social que transforma a realidade de jovens através da cultura e do esporte, acolhendo seus sonhos e estimulando seus potenciais.” O seu idealizador é

Anderson Verdiano Agostinho, mais conhecido pela comunidade como Buiu – apelido que ganhou na adolescência, por causa do personagem do programa humorístico A Praça É Nossa e que sempre detestou. “Quando a gente não gosta aí é que o apelido pega mesmo, né? ”, comenta, aos risos.

Quem conversa com Anderson logo se encanta com a sua empolgação e o brilho nos olhos ao contar sobre o projeto que hoje toma a maior parte do seu tempo. Mas, para entender como essa ideia nasceu e tomou corpo, é preciso voltar um pouco, lá em 1995, quando ele era um garoto de 12 anos. “Minha mãe estava desempregada na época, meu pai trabalhava como jardineiro e eu, que era caçula, precisava ajudar em casa. Tinha uns bicos para fazer na feira, eu acabei indo”.

Ele, que sempre morou no bairro Jd. Leni, hoje chamado de Jd. Ibirapuera, na zona Sul de São Paulo, conta que abandonou a escola na terceira série por rebeldia e por causa do trabalho: “Para a nossa idade era muito puxado. A gente era um grupo de uns sete meninos. Eu acordava às 4h30 da manhã e ia até às 16h, mais de 8 horas de trabalho. Montava a barraca e depois descarregava o caminhão. Arrumava as frutas. A gente fazia de tudo. Tinha os dias que tinha que ir pro Ceasa também. Só não tinha feira de segunda. Então, eu não conseguia estudar mais.”

Pelo valor de 15 reais por dia, que só era acertado no final de semana, ele trabalhou de terça a domingo por aproximadamente três anos. Aos 15, ele começou a trabalhar com pintura. Foi

por esse tempo que o foco de ajudar a família mudou: “Quando você tem noção do que é ter dinheiro na mão, não quer mais voltar a estudar. Acabei acostumando com aquela vida e, no fim, precisando me virar, conhecendo um monte de gente na rua, me envolvi com as drogas. Trabalhava para sustentar o vício.”

Mais de uma década se passou até que, quando resolveu procurar ajuda, ele teve a oportunidade, mesmo já aos 27 anos, de participar de um programa de medida socioeducativa para adolescentes. “Dois anos que eu fiquei lá, a mulher disse que eu tinha de voltar a estudar. Eu fiz supletivo e depois faculdade. Mas perdi muita coisa. Era pra eu estar em outro nível hoje, se eu tivesse estudado.” Aos 34 anos, ele é formado em Educação Física e espera que a história que ele viveu sirva para mudar para melhor a história de crianças em situação parecida.

“Vi que os educadores e as pessoas que lidavam com os meninos lá, se esforçavam para integrá-los à sociedade. Decidi então pegar várias coisas bacanas de lá e levar para a comunidade.” Assim teve início o Projeto Viela, que antes se chamava Viela Letras e Livros. O que começou com 10 meninos, hoje acolhe cerca de 70 jovens apenas na ação “Futebol e Leitura”, que acontece na escola estadual parceira E.E. Comendador Alfredo Vianello Gregório.

“Conversei na época com uns caras que ficavam perto da escola usando droga. Expliquei que eu estava com a ideia de tirar os moleques da rua, conseguir um lugar para eles jogarem bola. Eles toparam sair dali e a escola cedeu um espaço pra gente. Foi um mecanismo que a gente criou envolvendo esporte com mediação de leitura pra também discutirmos problemas da comunidade.”

Agora, com 7 anos de existência, o Projeto Viela também tem uma ação com meninas para o desenvolvimento de uma cinema comunitário uma vez por mês. “A gente trabalha na lógica ao contrário do que eu vivi. Incentivamos as crianças e os adolescentes a estudarem primeiro, para correr atrás dos sonhos deles e depois trabalhar, quando já forem maiores de idade”.

É o caso do Robson, um menino que participou do projeto e que sempre foi apaixonado por gastronomia. “Ele sempre quis ser cozinheiro e a gente sempre falou para ele que se ele queria, ele ia ser. Mesmo com a família em dificuldade, nós incentivamos que ele se focasse nos estudos. Hoje ele já tem mais de 18 anos e trabalha em um restaurante, ajudando a mãe dele”, conta Anderson.

Neste contexto, ele explica: “É muito difícil pra gente, que está na ponta, falar para uma família que está passando necessidades que o adolescente não deve trabalhar. Mas os direitos das crianças e adolescentes precisam ser assegurados e isso é dever de todos. Meu, seu, da comunidade, do poder público; nós precisamos assegurar que as crianças recebam um olhar mais cuidadoso”.

O Projeto Viela está construindo uma sede e pretende abrir outras atividades, complementares ao dia a dia das crianças adolescentes, com o intuito de promover ainda mais o seu desenvolvimento educacional, cultural e social.

Assunto: Fundação Abrinq realiza ações contra o trabalho infantil
Fonte: ABRINQ
Data: 13/06/2016



Doze de junho é o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil e para chamar a atenção para essa causa, a Fundação Abrinq realizou em 10 de junho, em suas redes sociais, uma grande mobilização visando o combate e a conscientização contra o trabalho infantil, principalmente nas cadeias produtivas.



Neste ano, a Organização Internacional do Trabalho em parceria com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI - <http://ow.ly/mHh030188Mc>), definiu o tema da campanha: “NÃO ao Trabalho Infantil nas Cadeias Produtivas”. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE 2014, existem 3,3 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Ainda segundo a PNAD 2014, no ramo de confecção e comércio de tecidos, artigos de vestuário e acessórios, 114.816 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalham em situação irregular. A Fundação Abrinq focou suas ações na produção têxtil.

“O 12 de junho é uma data muito importante para alertar sobre os prejuízos do trabalho infantil. A PNAD 2014, mostra crescimento do trabalho infantil em todas as regiões do país, dado que é muito preocupante”, ressalta a gerente executiva da Fundação Abrinq, Denise Cesario.

Os canais para denúncia como o Ministério Público do Trabalho, Conselho Tutelar e aplicativo Proteja Brasil também estão sendo divulgados e um vídeo, que você pode assistir aqui no final da página, endossa a campanha.

A Fundação Abrinq promove e apoia projetos que combatem esse tipo de prática. O Programa Empresa Amiga da Criança tem como premissa endossar as empresas que não exploram o trabalho infantil e não o permitem em suas cadeias produtivas. Acesse www.fundabrinq.org.br/peac e saiba mais. Também participa dos Fóruns Nacional, Estadual e da Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil <http://ow.ly/mHh030188Mc>.

Já no Observatório da Criança, <http://ow.ly/cxLN30188IB>, você pode pesquisar sobre esse tema, pois o site traz dados sobre o trabalho infantil no Brasil.